

Produção de Natureza no Paraná

Uma agenda para gerar resiliência e atrair negócios para o Paraná a partir de estratégias voltadas a conservação do patrimônio natural.

VIVA IGUAÇU

**Programa Integrado de Gestão Ambiental da
Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu: bases para o
desenvolvimento territorial e combate a riscos
de perdas sociais e econômicas**

Documento norteador em contribuição aos candidatos a Governo do Paraná foco nos temas biodiversidade e clima. Uma abordagem sistêmica e integral para otimizar recursos e garantir resultados de longo prazo.

Julho de 2026



**COMPROMISSO FIRMADO
CANDIDATO GOURA
DEPUTADO ESTADUAL/PR**

ESCOPO:

Este documento apresenta, a partir de um conjunto de iniciativas estruturantes, uma estratégia para o Governo do Estado do Paraná visando gerar escala resultados em escala para o enfrentamento da crise climática e da perda da biodiversidade.

Estas recomendações estão baseadas na internalização do conceito de produção de natureza, que estabelece áreas naturais bem conservadas como ativos econômicos provedores de serviços ecossistêmicos essenciais à manutenção da qualidade de vida, manutenção de atividades econômicas em geral e para a geração de emprego e renda.

O Programa Viva Iguaçu permite um enfoque prioritário aos mais de 100 municípios da Bacia do Rio Iguaçu, numa iniciativa de cunho continental de grandes corredores.

INTRODUÇÃO:

O Estado do Paraná é berço de inúmeras iniciativas inovadoras no campo da conservação da natureza. Ressaltem-se mecanismos criados na Cidade de Curitiba, como o desconto do IPTU para áreas nativas privadas, as RPPNMs e o mecanismo de troca de potencial construtivo e a criação de áreas naturais públicas.

No âmbito estadual o ICMSE foi desdobrado para mais de 15 estados brasileiros e passou a gerar estímulo a criação de Unidades de Conservação públicas e privadas por parte das gestões municipais. E a prefeitura de Antonina recentemente avançou com uma Lei que recompensa proprietários de RPPNs pelos serviços ecossistêmicos que produzem, no programa Fábrica de Natureza do município.

O Paraná tem o maior número de RPPNs dentre os estados da federação, demonstrando uma postura avançada de muitos proprietários privados que assumiram uma responsabilidade perpétua na conservação de suas áreas.

Outro movimento inédito da iniciativa da iniciativa privada é a criação de mecanismos de Certificação de Biodiversidade e geração de créditos de biodiversidade, promovido pelo Instituto LIFE, fundado em Curitiba em 2010, tem como empresas e instituições paranaenses atendidas o Grupo Boticário, Posigraf, Itaipu, Gaia e Gaede, BRDE, SPVS, CPP, SEDEST, JTI, dentre outras. Reconhecida internacionalmente, E que protagoniza uma ferramenta que já avança para outros países e se tornará em breve uma oferta global.

O Estado do Paraná tem a oportunidade excepcional de alavancar iniciativas inovadoras de sucesso no campo da proteção e da restauração de áreas naturais como uma bandeira que proporcionará uma liderança no cenário nacional, com amplas condições de exercer um papel de protagonismo na busca das mudanças emergenciais de postura de toda a sociedade em relação ao potencial de incorporar a natureza como insumo fundamental do desenvolvimento social e econômico.

PRIORIDADES POR CARACTERÍSTICAS REGIONAIS:

Já existe documentação farta sobre o estado de conservação das diferentes regiões do Estado do Paraná, bem como direcionamentos metodológicos sobre as intervenções necessárias. Estudos e pesquisas realizados nos últimos anos se somam a implementação demonstrativa de iniciativas exitosas que são uma base fundamental para o estabelecimento de políticas públicas capazes de enfrentar de forma efetiva os desafios e oportunidades existentes, gerando escala e mudando cenários.

É fundamental reconhecer as particularidades de regiões distintas, proporcionando estratégias de ação que atendam às necessidades de cada situação presente. Didaticamente, no caso do Estado do Paraná, é possível estabelecer três espaços territoriais que devem ser vistos de forma distinta:

- 1. Regiões Metropolitanas**
- 2. Planalto**
- 3. Serra do Mar e Planície Costeira**

Regiões Metropolitanas

META: Criação e implementação do Fundo Metropolitano de Produção de Natureza na RMC de Curitiba

Usando como exemplo a Região Metropolitana de Curitiba onde são bastante numerosas as iniciativas voltadas à conservação de áreas naturais a partir de exemplos da Capital, é bastante evidente a necessidade de um estímulo de amplitude significativa no sentido de garantir a proteção dos mananciais que abastecem entre centro urbano que se aproxima dos quatro milhões de habitantes.

Seguindo lições aprendidas com casos como a cidade de Nova Iorque, há esforços realizados nos últimos anos para a criação de um Fundo Metropolitano de Conservação, liderado por Curitiba em parceria com empresas privadas, autarquias e municípios da RM.

Já consta da Lei Orgânica do município de Curitiba a orientação para a criação deste mecanismo, com o propósito de gerar um estímulo para que sejam desenvolvidas formas de apoio fora do perímetro do município, como única alternativa para garantir a provisão de serviços ecossistêmicos

essenciais, em especial a água, mas também como forma de resiliência a eventos climáticos extremos de toda natureza.

O Fundo Metropolitano de Conservação pode ter insumos financeiros diversos e acordados entre o governo estadual e os municípios, além de poder ser reforçado por iniciativas voluntárias de corporações através de processos de certificação de biodiversidade. Em última instância, um diferencial estratégico para tornar a RMC e Curitiba espaços para atração de novos negócios dada a sua disposição em enfrentar, de maneira concreta e consistente, os novos tempos.

Planalto:

META: Criação e implementação de um amplo Programa de PSA no planalto paranaense

Com exceção do PN do Iguaçu todo o Planalto do Paraná está caracterizado por situações extremas em termos de remanescentes naturais, limitados a pequenos fragmentos ainda bem conservados, em geral dentro de propriedades privadas.

Mesmo com a diminuição dos índices de desmatamento nos últimos dois anos, ainda somos o Estado que mais destruiu a Mata Atlântica nas últimas décadas. Os exemplos de mecanismos de PSA já existem há muitos anos, como os programas de adoção voluntária de empresas, sendo a Reserva do Uru na Lapa um caso emblemático envolvendo a empresa Posigraf, que há mais de 20 anos garante a preservação desta RPPN. Outras 50 propriedades privadas também já foram agraciadas com este mecanismo, numa demonstração do potencial de amplificação destas práticas.

O recente anúncio de parceria envolvendo BRDE, SESEST, INSTITUTO LIFE e TECPAR, implica na certificação de 20 RPPNs paranaenses e um compromisso de aquisição de créditos de biodiversidade destas unidades de conservação privadas, com recursos do BRDE.

Remunerar a produção de natureza dos últimos remanescentes de Floresta com Araucária, Floresta Estacional Decidua, Floresta Estacional Semi-decidua e dos Campos Naturais representa a última oportunidade de garantir a permanência de biodiversidade desses ecossistemas atrelados

ao Bioma Mata Atlântica, não havendo mais possibilidades distintas que impliquem em estratégias de longo prazo.

A prioridade máxima em esforços de restauração, portanto, está na garantir de permanência dos relictos ainda existentes, onde ainda permanecem representadas espécies da fauna e da flora já totalmente extintas na enorme maioria do território do planalto paranaense.

Ao mesmo tempo, as ações que vem sendo desenvolvidas visando a restauração de áreas já totalmente degradadas podem ser consideradas ações complementares, com foco na aproximação de fragmentos e criação de corredores de biodiversidade.

Serra do Mar e Planície Costeira

META: Consolidação da iniciativa Grande Reserva Mata Atlântica como destino de turismo internacional

Por motivações geográficas e culturais a Serra do Mar e a Planície do território paranaense ainda representam um contínuo de ecossistemas do Bioma Mata Atlântica bastante bem conservado. É a região central do maior remanescente de Mata Atlântica ainda existente, conectado com o Estado de São Paulo e o Estado de Santa Catarina, perfazendo cerca de 2,7 milhões de hectares e contendo mais de 110 Unidades de Conservação em seu interior, públicas e privadas.

A iniciativa Grande Reserva Mata Atlântica, apoiada pelo Governo do estado do Paraná, tem seis anos de implementação e obteve até aqui um enorme avanço no sentido de permitir a adesão voluntária de quase 1000 colaboradores, formada por pequenos empreendedores do ramo do turismo, profissionais liberais, prefeituras, ONGs e outros atores interessados.

O conceito de produção de natureza e de uma economia restaurativa passa a mensagem da oportunidade de geração de negócios, empregos e melhorias das condições de vida de toda a população local, a partir da existência de uma região ainda bem conservada, com paisagens exuberantes, espécies emblemáticas e cultura e história que remontam o início da colonização no Brasil.

As atividades em curso envolvem a qualificação e implementação de novos negócios, o estímulo a cooperação com instâncias de governos no âmbito

municipal, estadual e federal e a abertura de frentes para, ao mesmo tempo, incrementar os mecanismos de proteção e implementação de uma gestão qualificada das Unidades de Conservação de toda a região, ampliando de forma exponencial o potencial de atividades econômicas pautadas na boa conservação.

A Mata Atlântica e a sua rica variedade de ecossistemas associados, não perde para nenhuma região do mundo em atratividade, mas depende de políticas públicas assertivas e integradas para o aproveitamento deste potencial que ainda hoje é tão somente marginal e pouco explorado. O Paraná tem todas as condições de estabelecer essa agenda em parceria com os estados vizinhos, gerando empregos e renda, consolidando a proteção deste último grande remanescente.

RECOMENDAÇÕES:

O Estado do Paraná nunca teve uma estratégia de conservação da biodiversidade e a oportunidade presente se mostra bastante favorável para a sua efetiva implementação.

A próxima COP-30 do Clima em Belém abre portas para um posicionamento diferenciado das unidades da federação mais conscientes da urgência em dar ao tema ambiental e da sustentabilidade, um grau de prioridade merecido e necessário.

Adicionalmente recursos até hoje inexistentes foram aportados a partir do Termo de Ajuste Judicial REPAR, que devem ser direcionados a programas estruturantes capazes de gerar mudanças de cenários. Uma fração significativa destes recursos, ainda não alocados, são especialmente relevantes para uma tomada de posição diferenciada do Governo do Paraná.

As três frentes descritas sucintamente neste documento apontam para abordagens distintas por território, sendo que existem algumas ações mais gerais e que são parte de um contexto de base para impulsionar as demandas indicadas. São eles:

- Fortalecimento da Diretoria do Patrimônio Natural aportando capital humano reforçado para fazer frente a implantação e gestão das ações pretendidas;

- Criação do segundo Batalhão da Polícia Ambiental do Paraná, atualmente paralisada, mas que já tem todos os requisitos para ser estabelecida e recuperar a condição básica de fiscalização do patrimônio natural no Estado do Paraná;
- Finalização de todos os Planos de Manejo das UCs Estaduais e implantação, concorrendo com novas modalidades de cogestão a serem estabelecidas com instituições acadêmicas ou do terceiro setor;
- Implantação de um programa de monitoramento de espécies ameaçadas de extinção no Estado do Paraná;
- Implantação de um programa de controle de espécies exóticas no Estado do Paraná;
- Implantação de um Programa de Educação para a Conservação no Estado do Paraná;
- Estabelecimento de campanhas de estímulo e conscientização para engajar corporações privadas no reconhecimento do custo de natureza de suas atividades a partir de Certificações de Biodiversidade;
- Criação de um programa de PSA focado no reconhecimento da importância das RPPNs paranaenses;
- Lançamento do Programa Corredor do Rio Iguaçu proposto nas discussões da destinação de recursos do TAJ REPAR;
- Criação de um Conselho *ad hoc* para promover a base técnica e científica nas ações desenvolvidas pelos órgãos ambientais do Paraná, visando o atendimento às prioridades no campo da conservação do Patrimônio Natural;
- Rediscutir e ajustar demandas de compensação ambiental atualmente focadas em processo convencionais de restauração para que sejam direcionadas a ações prioritárias de conservação, caso a caso;
- Articulação com as grandes empresas estatais e paraestatais do Paraná (SANEPAR, COPEL, COMPAGÁS, APPA) para atuarem em colaboração com os órgãos ambientais na implantação dos programas pretendidos;
- Articulação com órgãos federais (IBAMA, ICMBIO, FUNAI) e binacionais (ITAIPU) para promover ações em sinergia com as prioridades em conservação no Estado do Paraná;

- Criação do Fundo Metropolitano de Conservação do patrimônio Natural na RM de Curitiba;
- Criação do Programa de PSA para reconhecer e remunerar os serviços ecossistêmicos de áreas naturais privadas, em ordem de prioridade e com foco inicial nas RPPNs já existentes;
- Multiplicar para outros municípios o caso de Antonina, estimulando a criação de leis municipais para pagamento de serviços ecossistêmicos às RPPNs geradoras de ICMSE;
- Reestruturar o programa de restauração do Governo do Paraná para dar foco a ações de conectividade entre remanescentes considerados estratégicos para a conservação;
- Estruturar uma agenda qualificada e inovadora para apresentação das ações do Governo do Estado do Paraná na próxima COP-30, com base nas três frentes indicadas neste documento.

CONCLUSÃO:

A implantação de um programa inédito voltado a atender estratégias prioritárias para a conservação do patrimônio natural do Paraná depende fundamentalmente de vontade política, capacidade de inovação e visão de futuro.

Negócios e qualidade de vida dependem cada vez mais de ações responsáveis e suficientes para garantir uma fração adequada de áreas conservadas, produtoras de natureza, capazes de constituir um mosaico protetivo a grandes centros e áreas rurais, um sustentáculo fundamental para diminuir prejuízos decorrentes de alterações climáticas presentes e um norteador poderoso para atração de investimentos.

O Programa Viva Iguaçu, que já apresentado anteriormente ao Governo do Paraná, representa uma oportunidade excepcional para gerar visibilidade e interfaces com projetos em países vizinhos focado em grandes corredores da América latina.

O Governo do Paraná pode ter a certeza de contar com total apoio da comunidade acadêmica, de instituições conservacionistas do terceiro setor e de um conjunto de corporações privadas que já estão envolvidas com as agendas acima propostas.